

# O DOURO SUPERIOR, DA PRODUÇÃO CEREALÍFERA À VINHATEIRA: A AFIRMAÇÃO DO VINHO DO PORTO\*

CARLA SEQUEIRA\*\*  
OTÍLIA LAGE\*\*\*

**Resumo:** Este artigo centra-se na afirmação e sustentabilidade da vinha e do vinho, em articulação com a cerealicultura, no território do Douro Superior, e segue como linhas de análise três fases da sua evolução vinhateira: a primeira, embrionária e de reduzida expressão comercial, anterior à filoxera; a segunda, de lenta mas progressiva afirmação, do último quartel do século XIX às demarcações de 1907-1908, com o reconhecimento institucional do alargamento da Região Demarcada do Douro até à fronteira com Espanha; a terceira, ocorrida no decurso do século XX, que corresponde ao desenvolvimento e consolidação vitivinícola desta sub-região, hoje produtora de vinho do Porto e vinhos DOC de elevada qualidade. Integra-se num vasto campo de pesquisa sobre o processo de transformações do espaço regional duriense<sup>1</sup>, a expansão do vinhedo com diferenças intra-regionais e as alterações económicas e institucionais no sector do vinho do Porto, no decurso do arco temporal considerado.

**Palavras-chave:** Região Demarcada do Douro; Douro Superior; Espaço Regional Duriense.

**Abstract:** This article focuses on the affirmation and sustainability of vines and wine, articulated with cereal farming in the Douro Superior, and analyses three phases of its vineyard evolution: the first, embryonic and of reduced commercial expression, prior to the phylloxera outbreak; the second, of progressive affirmation, from the last quarter of the 19<sup>th</sup> century to the demarcations of 1907-1908, with the institutional recognition of the enlargement of the Douro Demarcated Region to the border with Spain; the third, in the course of 20<sup>th</sup> century, corresponding to the development and wine consolidation of this sub-region, which today produces Port wine and high quality DOC wines. It is part of a vast field of research on the process of transformations of the Douro Regional Space<sup>2</sup>, the expansion of the vineyard with intra-regional differences and the economic and institutional changes in the Port wine sector, during the temporal arc considered.

**Keywords:** Douro Demarcated Region; Douro Superior; Douro Regional Space.

## INTRODUÇÃO

Com base em fontes históricas e estudos específicos, esboça-se um panorama diacrónico e dinâmico de avanços, recuos e incremento da produção cerealífera e da cultura vitícola no Douro Superior, comparando a correspondente dominância ao longo dos três últimos séculos, quando aí se iniciou a expansão das vinhas,

---

\* Versão revista e aumentada da comunicação apresentada no Congresso *Douro e Porto: memória com futuro*. As autoras não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

\*\* CITCEM/FLUP. Email: cferreira@letras.up.pt.

\*\*\* CITCEM/FLUP. Email: otillialage@sapo.pt.

<sup>1</sup> PEREIRA, 1996: 155-165.

<sup>2</sup> PEREIRA, 1996: 155-165.

a partir das margens do Douro e de jusante para montante. Configura-se, assim, o fio condutor deste artigo que se desenvolve em três rubricas, desde o século XVIII até aos tempos mais recentes, com o objectivo de compreender e explicar o processo de expansão da viticultura mercantil nesta mais tardia sub-região da Região Demarcada do Douro (RDD) em cujo âmbito, após muitas vicissitudes, afirmou a sua posição destacada e a qualidade dos seus vinhos de origem e marca «Porto».

A relevância da viticultura no território do Douro Superior (vale do Douro e seus afluentes entre os maciços graníticos do Cachão da Valeira e da fronteira com Espanha), apesar de uma tradição milenar da vinha e do vinho comprovada por achados arqueológicos, forais concelhios e várias fontes históricas medievais e modernas, é mais recente face às anteriores sub-regiões da RDD: o Baixo Corgo e o Cima Corgo<sup>3</sup> também de longa tradição vinícola, porém e comparativamente, de expressão comercial bem mais precoce e predominância de um regime de monocultura.

Foi e é ainda diverso o significado histórico da vitivinicultura na economia e sociedade agrária das sub-regiões durienses marcadas por diferenciações micro e intra-regionais, acentuadas no território do Douro Superior, área física mais voltada para Espanha e, secularmente, a nível material e simbólico, zona periférica, em relação ao Porto e Gaia, centro dos circuitos mercantis vinícolas e núcleo central do vinho do Porto, «produto de exportação» e mercadoria «fiscal» de um sector produtivo e comercial de intensa intervenção estatal<sup>4</sup>, longa penetração e influência estrangeira.

## 1. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM CEREALÍFERA E VITÍCOLA DO DOURO SUPERIOR (SÉCULOS XVIII-XIX)

Nos séculos XVII e XVIII, quando a vitivinicultura mercantil se expandia no Alto Douro (correspondendo às sub-regiões do Baixo Corgo e Cima Corgo, de onde se exportavam os vinhos de feitoria), o Douro Superior era uma área económica e cultural muito diversa<sup>5</sup>.

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, que dão conta, entre muitas outras informações, das principais produções agrícolas das respectivas paróquias, destacava-se, no actual território do Douro Superior, a cerealicultura (trigo, centeio, cevada e milho), para além das referências diferenciais à vinicultura e olivicultura, produção de amêndoa e dominância do sumagre de maior valor comercial.

---

<sup>3</sup> PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 77-84.

<sup>4</sup> BARRETO, 1988: 373.

<sup>5</sup> PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 77-84.

Até esse ano a situação vitícola parece manter-se, a nível geral, na base do autoconsumo, com excepção das freguesias de Ansiães confinantes com o Tua. Em Pombal, em 1758, «havia vinho bom e generoso»<sup>6</sup>. Noutras freguesias de Foz Côa aparece também referido o «bom vinho». Quanto a vias de comunicação e transportes, então ruins e escassos, no que se referia à navegabilidade do Douro, argumentava-se que a destruição do rochedo da Valeira «sendo obra já principiada por hum particular, o publico a devia concluir». O que só aconteceria anos depois, com financiamento da Companhia pombalina, entre 1785 e 1792, removendo-se, a montante, o obstáculo natural à circulação de gentes e produtos ao longo do rio Douro, só de todo navegável a partir de 1807.

Quanto à importância global da vinicultura no Douro nas Memórias Paroquiais de 1758, da pesquisa abrangente, feita por Francisco Ribeiro da Silva, desta «microfonte» setecentista sobre um conjunto de 153 dessas memórias<sup>7</sup> correspondentes a freguesias que integram a actual RDD, salientam-se as seguintes observações gerais:

*área em que o vinho é indicado como produto mais abundante ou, aquele de que os lavradores maiores proveitos extraíam. São à volta de 60 freguesias, correspondentes a 39% do conjunto. Situa-se, grosso modo, nessa zona o vale do Douro entre Mesão Frio e a Foz do Tua, alongando-se para norte pelos vales do Corgo, do Pinhão e do Tua e menos para sul pelos vales do Varosa, do Tedo e do Távora. [...] reafirma-se a importância do vinho ao longo do rio Douro entre Mesão Frio e São João da Pesqueira<sup>8</sup> no conjunto das freguesias estudadas, o vinho nem sempre era o produto agrícola mais generalizado. [...] no conjunto das Memórias contamos 119 referências ao cultivo de cereais (centeio, trigo, cevada e milho) contra 108 das referências ao vinho. E em 69 das freguesias a produção de pão é mesmo indicada como primeira produção. [...] Por conseguinte, vinho, cereais, azeite, castanha e outras diversas frutas, sumagre, amêndoa, cânhamo, linho, seda, associados de forma diferente consoante as condições do lugar, são as produções do Douro, grande parte das quais eram remetidas rio abaixo para a cidade do Porto e aí consumidas ou reexportadas, reforçando-se assim a complementaridade inter-regional que a Natureza sugeria<sup>9</sup>.*

Mais questões e respostas são ainda sugeridas neste estudo: monocultura do vinho e/ou de outro produto com informações e depoimentos/testemunhos de párocos sobre quantidade e qualidade de vinhos maduros, finos e generosos (por exemplo, Sabrosa, Pinhal de Ansiães, Pombal, etc.); rendas paroquiais, conflitos de

<sup>6</sup> REBANDA, 2003: 259.

<sup>7</sup> SILVA, 2003: 59-70. Observa o autor ter ficado «sem resposta para 16 das freguesias das quais não existe Memória escrita. É pena porque algumas delas são hoje bem importantes e provavelmente já o eram no século XVIII».

<sup>8</sup> SILVA, 2003: 61.

<sup>9</sup> SILVA, 2003: 61-62.



área geográfica e económica do último troço do vale do Douro, refere para o Douro Superior que «o valor efectivo das culturas não está realmente nos vinhos mas noutras culturas que se lhes sobrepõem em valores absolutos. Em primeiro lugar os cereais de sequeiro (centeios e trigos) e azeite. O vinho ocupa tão só o quarto lugar»<sup>11</sup>. Excepção era a freguesia de Marzagão (concelho de Carrazeda de Ansiães, termo inicial da *Descrição...*), onde o rendimento do vinho ultrapassava o total do trigo e do centeio. Mas, no geral, o volume e valor dos centeios tinham a primazia, sendo o valor numérico do azeite superior ao dos vinhos.

Como refere Gaspar Martins Pereira, o Douro Superior não é uma área tradicional de grandes vinhedos, já que «a demarcação pombalina excluía todo o território a montante do Cachão da Valeira»<sup>12</sup>.

Por esta altura, no conjunto do Noroeste, a produção agrícola experimentava sérias dificuldades, elevados gastos com a circulação e escoamento dos produtos (vias terrestres deficientes e/ou inexistentes, fracos e reduzidos acessos ao rio Douro e ancoradouros). Conforme refere Aurélio de Oliveira, «aqui a generalidade dos produtos (excepção feita para os vinhos e azeites) era controlada por mercados locais...»<sup>13</sup>; os vinhos e azeites eram escoados para o Porto a partir dos mercados reguladores das comarcas ou concelhos, como o de Freixo de Espada à Cinta. «As culturas que mais uniformemente se» distribuíam «pelas áreas contempladas» eram-no «por ordem genérica do seu real peso económico. O centeio, seguido do azeite (irregularmente distribuído)». Seguia-se o «trigo e só depois os vinhos» que ocupavam o «quarto lugar em valor económico, [...] mais significativos na margem sul do que na margem norte» do rio. Vinham «depois as lãs (e os gados) e, finalmente, a cevada, também regularmente distribuída por toda a área mas com um peso manifestamente inferior a indicar um claro recuo deste cereal em termos gerais»<sup>14</sup>.

Segundo o manuscrito de 1796 de Columbano Pinto Ribeiro e Castro<sup>15</sup>, juiz demarcante da província de Trás-os-Montes, com importantes informações sobre a vida económica da região, que inclui o Douro Superior, os cereais («o pão») mantinham-se como principais produções, com particular relevo para o centeio. «A vinha cultivava-se intensamente na região do Douro», entre Vilarinho da Castanheira e Vila Flor a leste, Barqueiros e Ermelo a oeste, Murça e Lamas de Orelhão<sup>16</sup> (correspondendo ao Alto Douro — Baixo e Cima Corgo), havendo igualmente referências ao desenvolvimento da cultura vinícola em Abreiro e

---

11 OLIVEIRA, FAUVRELLE, 1996: 202.

12 PEREIRA, 1995: 35.

13 OLIVEIRA, FAUVRELLE, 1996: 207.

14 OLIVEIRA, FAUVRELLE, 1996: 209.

15 *Apud* MENDES, 1981.

16 MENDES, 1981: 72-73.

Gouvães e a outros locais mais próximos e de melhores acessos ao Douro, como Alijó, Teixeira e Santa Marta de Penaguião. «Em menor grau, em algumas outras zonas mais propícias ao seu cultivo»<sup>17</sup>, embora na área norte e nordeste de Trás-os-Montes a produção fosse relativamente pequena. Por isso, Columbano preconizava a intensificação da cultura da vinha em várias povoações do território do Douro Superior. E, efectivamente, após 1796, assistiu-se a uma alteração na paisagem, com a expansão por várias zonas «à medida que se foram arroteando os terrenos na altura ainda incultos»<sup>18</sup>, levando o autor a tecer as seguintes apreciações relativamente, por exemplo, a Carrazeda de Ansiães: «Em que mais abunda hé em vinhos. [...] Este hé o negócio de que tirão maior vantagem e o género que mais exportam»<sup>19</sup>. Em Vilarinho da Castanheira, a maior produção era o centeio mas em «lugares e quintas que ficão na vizinhança do Douro, em sítios abrigados, que neles se colhe muito azeite e vinho, devem cuidar em plantar vinhas nos sítios próprios, de que se tira grande vantagem, pois como este districto confina com o rio Douro, com muita facilidade se transportão os vinhos para a cidade do Porto»<sup>20</sup>. E ainda em Vila Flor, «a sua agricultura vai em adiantamento. Colhe muito azeite e vinho»<sup>21</sup>, ou em Alfândega da Fé «a agricultura está em aumento em pão e vinho»<sup>22</sup>.

De acordo com a mesma fonte, «a plantação de vinhas está em grande aumento não só nas margens do Douro e sítio [do vinho] de melhor lotação, mas em toda a província, porque geralmente se tem posto muita quantidade de bacelo, rompendo para esse fim montes e terras de toda a qualidade, reduzindo-as à cultura, sendo hoje neste distrito, um dos ramos mais interessantes e de maior comércio»<sup>23</sup>.

Os dados fornecidos por Columbano Ribeiro e Castro permitem comparar os valores pagos nesta província, entre 1793 e 1796, de «subsídio literário»<sup>24</sup> (imposto sobre o comércio dos vinhos para custear a instrução pública, criado em 1772 pelo marquês de Pombal).

No decurso do século XVIII «a produção vinícola da região demarcada do Douro subiu de 152 000 hl em 1772-1774 para 220 000 hl em 1785-1789, 295 000 hl em 1790-1794 e 374 000 hl em 1800-1804»<sup>25</sup>.

---

<sup>17</sup> MENDES, 1981: 148.

<sup>18</sup> MENDES, 1981: 74.

<sup>19</sup> MENDES, 1981: 252.

<sup>20</sup> MENDES, 1981: 314.

<sup>21</sup> MENDES, 1981: 311.

<sup>22</sup> MENDES, 1981: 245.

<sup>23</sup> MENDES, 1981: 159.

<sup>24</sup> MENDES, 1981: 232, 242, 247, 269, 275, 308, 311.

<sup>25</sup> MARTINS, 1988: 396.

**Tabela 1.** Subsídio literário na Comarca de Moncorvo em 1795

Concelhos	Valores (rs.) / «subsídio literário»
Freixo de Espada à Cinta	10 426
Torre de Moncorvo	35 000
Vila Flor	78 900
Vilarinho da Castanheira	78 900
Carrazeda de Ansiães	510 000
Alfândega da Fé	53 000
Mirandela	95 000

Fonte: MENDES, 1981

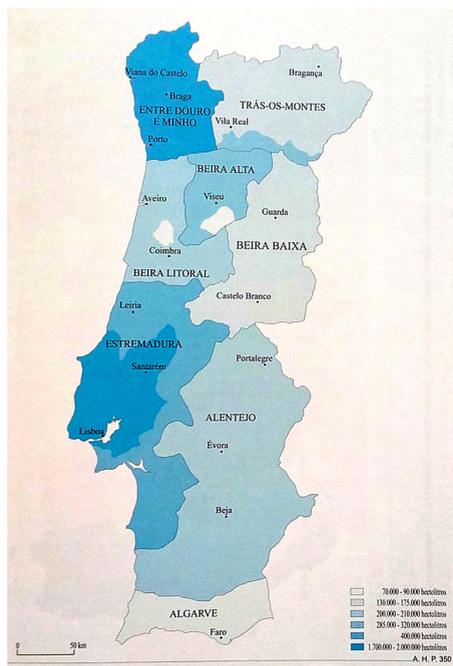
No final do mesmo século, apesar desses valores e informação genérica meramente indicativa para determinados locais, a plantação de vinhas na generalidade do Douro Superior mantinha-se restrita e dispersa. A expansão do vinhedo a montante do Cachão da Valeira foi bem mais tardia devido, em parte, às severas penas da Companhia das Vinhas do Alto Douro contra a introdução dos vinhos de fora dos limites legais da região então demarcada (1758-1761). Mesmo num contexto de expansão comercial, o Douro Superior continuava excluído das demarcações subsidiárias de D. Maria (1788-1793) que valorizavam vinhos entre o Pinhão e Tua<sup>26</sup>.

## 2. EXPANSÃO VITIVINÍCOLA NO DOURO SUPERIOR (SÉCULOS XIX-XX)

A cultura da vinha em Portugal, nos meados do século XIX, predominava a norte do Tejo, como se pode observar no mapa seguinte em que se destacam três sub-áreas mais significativas: o Minho, com produção de vinho verde destinado sobretudo ao consumo local; o Alto Douro, região do vinho do Porto maioritariamente para exportação, com grande relevância na economia nacional; e a Estremadura e Ribatejo, com vinhos de fraca qualidade e destinados ao consumo corrente. Estes três pólos concentravam perto de dois terços da produção, e o outro terço era repartido pela Bairrada, Covilhã, Fundão e Leiria a norte do Tejo e as áreas da Vidigueira, Borba, Évora e Lagoa a sul<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 79.

<sup>27</sup> Cf. LEITÃO, 2015: 20-23.



**Mapa 1.** Distribuição geográfica da vinha/produção vinícola em finais do século XIX

Fonte: MARQUES, DIAS, 2003: 393

Na região do Alto Douro, na primeira metade do século XIX, com a Revolução Liberal e a primeira legislação vintista (Carta de Lei de 21 de Maio de 1822), desaparece a divisão entre as zonas de vinho de feitoria e de ramo, conservando-se somente a linha exterior da demarcação, abrangendo o Baixo e o Cima Corgo. A Carta de Lei de 21 de Agosto de 1823, na sequência da «vilafrancada», repôs a legislação anterior a 1820, embora confirmando a supressão de alguns dos privilégios da Companhia, particularmente o exclusivo da venda de vinho nas tabernas do Porto e o monopólio do comércio no Brasil. A vitória do liberalismo, em 1834, trouxe consigo a extinção da Companhia. A Lei de 30 de Maio desse ano revoga algumas das suas funções públicas, restaurando a liberdade de produção e comércio de vinhos e a liberdade de os exportar pela barra do Douro. Contudo, na sequência da concorrência dos vinhos espanhóis e franceses no mercado britânico, do desenvolvimento de fraudes e falsificações e do debate parlamentar, a Lei de 7 de Abril de 1838 viria a restabelecer a Companhia como instância reguladora, mas com muito menos poderes.

Aproveitando o progressivo afrouxamento dos poderes da CGAVAD, alguns comerciantes, grandes proprietários e vicultores influentes compravam no Douro Superior uvas e vinhos exportados clandestinamente e plantavam vinha formando quintas pioneiras (nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, entre outros).

É o caso, a partir de 1820-1821, de Miguel António Ferreira, proprietário da Quinta do Silho; desde 1823, de António Bernardo Ferreira, da Régua (tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira<sup>28</sup>), proprietário da Quinta das Figueiras (designada Quinta do Vesúvio em 1830, ano de excelente colheita, e muito ampliada por D. Antónia a partir de 1850<sup>29</sup>) e ainda de António Bernardo de Brito e Cunha, «deputado» da Companhia, contador da Real Fazenda da Comarca do Porto e proprietário da Quinta de Vargelas (S. João da Pesqueira), cujos vinhos adquiriam já grande notoriedade no mercado londrino.

O visconde de Villa Maior, que descreve minuciosamente a Quinta do Silho<sup>30</sup>, considera então que o Douro Superior, designação que cunhará, se encontra ainda na generalidade inculco do ponto de vista agrícola, e num nível de desenvolvimento territorial e populacional muito diferente, quando comparado com o Alto Douro, onde predomina a cultura e produção vitivinícola:

*O Alto Douro e o Douro superior diferem consideravelmente entre si em relação ao estado de adiantamento agrícola em que se acham. O primeiro está completamente entregue a cultura da vinha, o segundo, ainda em grande parte inculco, apresenta em geral um aspecto bem diferente. No primeiro a população é notavelmente mais densa, a propriedade mais dividida, e a produção mais regular e considerável. No segundo os pequenos centros de população acham-se afastados das margens do rio, são raras as habitações rurais, menos bem repartida a propriedade, restritas as plantações e pobre a cultura<sup>31</sup>.*

De facto, até meados de Oitocentos, a expansão do vinhedo para leste do Douro continua a ser relativamente lenta devido a dificuldades de comercialização. Em 1865, é proclamado o regime de ampla liberdade de comércio dos vinhos<sup>32</sup>, precedido das leis de desamortização dos vínculos (1863), a que se seguiu a legislação dos baldios nos finais da década de 60 do século XIX.

Entretanto, as doenças das videiras, sobretudo o oídio (anos 50 do século XIX) mas também o míldio e, a partir da década seguinte, a filoxera, afectaram precoce e violentamente as vinhas do Baixo e Cima Corgo, menos resistentes e «em terreno depauperado e esgotado por uma cultura prolongada e falta de adubos»<sup>33</sup>.

Em resultado da conjugação desses e de outros factores de mudança como a abolição da demarcação e o regime de liberdade comercial, em 1865, o impacto da «crise filoxérica», indutor de «uma nova matriz cultural para a vinha»<sup>34</sup>, e as

---

28 PEREIRA, OLAZABAL, 1996.

29 VILLA MAIOR, 1865.

30 VILLA MAIOR, 1865: 13-45.

31 VILLA MAIOR, 1865: 6-7.

32 SEQUEIRA, 2008: 67-76; MARTINS, 1996: 413-435.

33 CABRAL, 1895: 346.

34 PEREIRA, 2009: 130.

maiores facilidades de acesso e transporte do caminho-de-ferro do Douro (1875-1887) — «elemento de vitalidade» que permitiu a maior parte das replantações<sup>35</sup> —, veio a verificar-se a grande expansão do vinhedo em todo o Douro Superior alastrando com um dinamismo significativo até final do século XIX. Destaque-se a Quinta de Vale de Meão, fundada por Dona Antónia com a compra de baldios em hasta pública à Câmara de Foz Côa (1877-1879), onde chegaram a trabalhar nas plantações, iniciadas em 1887, mais de 1000 trabalhadores por dia<sup>36</sup>, bem como a Quinta do Lubazim, no Vilarinho da Castanheira (fornecedora de vinhos generosos à conhecida firma britânica Cockburn's, desde finais do século XIX), que segundo o abade de Miragaia (1887):

*É hoje absolutamente a primeira e a mais importante desta freguesia e deste concelho e uma das primeiras do Alto Douro e desta província, porque a sua produção dominante foi sempre azeite: [...] oitenta a cem pipas de 550 litros por ano; tem 25 a 30 mil oliveiras, duas casas de habitação brasonadas e dezanove com abegoarias e outras oficinas; mede cinco quilómetros ao longo do Douro, no qual tem as azenhas [...], com três rodas de moinhos, que andam arrendadas por cem alqueires de pão; apascenta mil cabeças de gado lanígero; produz também mil a 1.500 medidas de centeio de quinze litros, e vinte a trinta arrobas de amêndoa; tem, finalmente, um forno de telha na margem do Douro e magníficas lodeiras que, plantadas de vides, podem dar cem a duzentas pipas de vinho por ano<sup>37</sup>.*

Por esta altura, alguns autores coetâneos realçavam a importância de que o Douro Superior se ia revestindo. Por exemplo, João Ferreira Lapa considerava que, apesar de estar ainda numa fase de desenvolvimento e crescimento, produzia já vinhos de qualidade superior, em particular no que respeitava aos vinhos de mesa<sup>38</sup>.

Afonso Vale Coelho Pereira Cabral, proprietário das Quintas do Monsul e do Cachão e autor do importante relatório técnico *A região vinhateira desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira* (1895), afirmava mesmo: «se hoje existem diferenças, são todas a favor do Douro Superior, onde dia a dia o esforço hercúleo e verdadeiramente patriótico de alguns proprietários faz surgir novas e esplêndidas quintas, que vestem de viçosos e pujantes vinhedos as suas ásperas montanhas»<sup>39</sup>.

Afonso Pereira Cabral alertava que «a emigração compromete e ameaça o futuro da propriedade no Douro» ao mesmo tempo que considerava a «viticultura a principal fibra produtora do Alto Douro, e sendo o seu afamado «vinho do Porto» um produto necessariamente caro pelo excessivo dispêndio a que obriga a sua

---

<sup>35</sup> CABRAL, 1895: 459

<sup>36</sup> PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 80.

<sup>37</sup> LAGE, 2018: 307-308.

<sup>38</sup> LAPA, 1875.

<sup>39</sup> CABRAL, 1895: 346.

cultura, deve procurar-se atenuar-lhe os encargos que sobrevêm desde o momento em que é colhido até ao dia em que é apresentado no mercado». Realçava o preço e qualidade como factores fundamentais para a exportação vinícola que «há-de necessariamente aumentar, desde que se torne mais económica»<sup>40</sup>. Para o que preconizava, premonitoriamente, medidas administrativas como «o barateamento dos artigos e matérias-primas essenciais à nossa indústria vinícola e, entre estas, principalmente a aguardente; facilidades e vantagens concedidas à entrada dos nossos vinhos nos mercados estrangeiros, por meio de equitativas concessões nos tratados de comércio»<sup>41</sup>.

Porém, entre finais do século XIX e inícios do século XX, num panorama de crise comercial e de superprodução, e com a revitalização de antigos ideais proteccionistas, continuaria o cereal a progredir em grande escala, até em terrenos pouco propícios<sup>42</sup>.

### 3. INTEGRAÇÃO NA RDD E CONSOLIDAÇÃO VITIVINÍCOLA DO DOURO SUPERIOR (SÉCULOS XX-XXI)

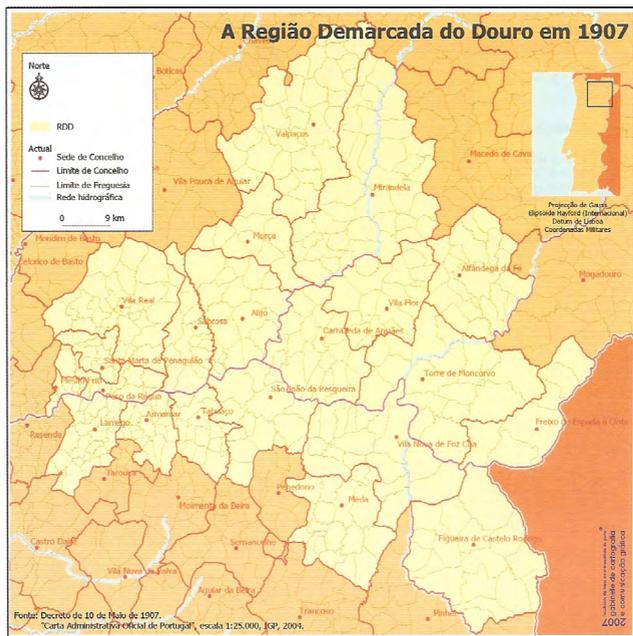
Nos inícios do século XX, assiste-se ao reconhecimento oficial da importância vitícola do Douro Superior, patente na demarcação de João Franco, em 1907, que consagrava o alargamento da região duriense para leste até à fronteira, abrangendo os concelhos de Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Régua, Sabrosa, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça, Valpaços, Vila Flor, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa e a freguesia de Barrô do concelho de Resende. Esta demarcação seria restringida drasticamente em 1908, passando a ter por base a freguesia e não o concelho. Ao mesmo tempo, demarcava-se a região de vinhos de mesa do Douro, em que se incluíam, além dos concelhos de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Foz Côa, Meda, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta (com freguesias na região produtora de vinhos generosos), também os de Alfândega da Fé e Figueira de Castelo Rodrigo.

---

<sup>40</sup> CABRAL, 1895: 463.

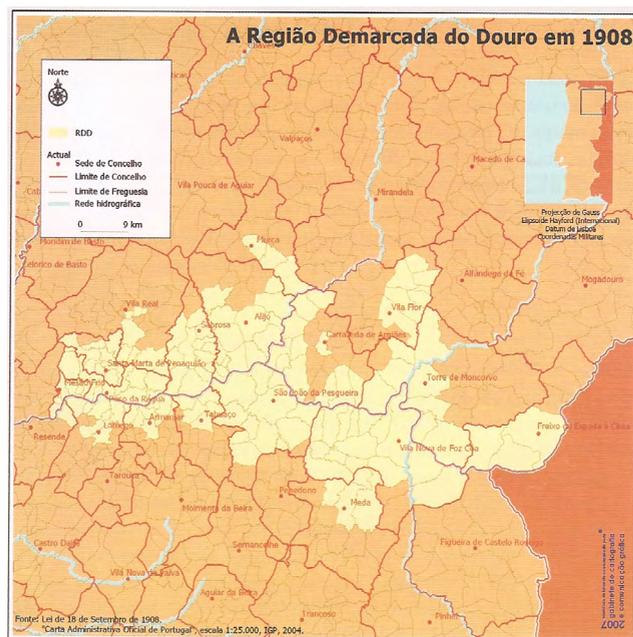
<sup>41</sup> CABRAL, 1895: 463.

<sup>42</sup> REBANDA, 2003: 282.



**Mapa 2.** Demarcação de 1907

Fonte: PEREIRA, coord., 2010: 41



**Mapa 3.** Demarcação de 1908

Fonte: PEREIRA, coord., 2010: 42

Ainda na primeira metade do século XX, a expansão da viticultura no Douro Superior irá ressentir-se com os efeitos de novas e profundas crises comerciais, só parecendo retomar novo impulso nos anos 60, com a recuperação geral

do sector vitivinícola e a afirmação das adegas cooperativas. Nas décadas de 30 e 40, regressou-se de novo e em força à produção cerealífera, erodindo-se e esgotando-se solos de difícil mecanização, com as campanhas dos cereais (sobretudo trigo) do Estado Novo e seus organismos corporativos de controlo estatal (Federação Nacional dos Produtores de Trigo, Federação Nacional dos Industriais de Moagem e Instituto dos Cereais).

Notável é que, num processo continuado de avanços e recuos, a cultura da vinha, complementar ou marginal, foi-se afirmando e disputando terreno a outras culturas até que, nas últimas décadas do século XX e dealbar do século XXI, a expansão dos vinhedos no Douro Superior (10% de área de vinha na área da sub-região que representa 40% da área total da RDD) tem vindo a reforçar a sua importância estratégica no seio da actual Região Demarcada do Douro, quer enquanto produtora de vinho com denominação de origem «Porto», quer ainda na produção de alguns dos nossos melhores vinhos de mesa, reforçando a sua imagem de qualidade nos mercados. São elucidativos dessa importância outros indicadores estatísticos: a quase duplicação do número de viticultores entre 1972 e 1997 (passando de 3500 para 5741); no mesmo período, a área de vinha triplicou (de 3278 para 10 105 hectares), com aumento da quantidade e qualidade da produção recente, a qual atingia mais de 300 000 hectolitros<sup>43</sup>.

**Tabela 2.** Produção vinícola declarada nos concelhos que integram o Douro Superior (em hectolitros)

Concelhos	1972	2003/2004
Carrazeda de Ansiães	30 899	40 674
Vila Flor	18 755	35 219
Vila Nova de Foz Côa	39 669	155 687
Meda	34 676	39 322
Torre de Moncorvo	11 443	29 668
Freixo de Espada à Cinta	7864	17 674

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Instituto da Vinha e do Vinho

A partir dos anos 80/90 até à actualidade, a vinha tem sido a cultura de maior expansão e dinamismo no Douro Superior, com destaque para as grandes quintas, beneficiando dos apoios do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), que autoriza na RDD reconversões de vinhas e plantação de vinhas novas, num total de 2500 ha, «em terrenos cujas vinhas a implantar sejam susceptíveis das classificações A ou B e, eventualmente, C»<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> PEREIRA, TEIXEIRA, 1998: 80-83.

<sup>44</sup> Vd. Portaria n.º 863/85 de 14 de Novembro. PORTUGAL. Ministério da Agricultura, 1985.

A valorização dos vinhos de mesa certificados com a denominação de origem «Douro» suscitou o surgimento de muitas marcas novas no Douro Superior, para além do clássico Barca Velha (1952), da Quinta do Vale Meão, e contribuiu para a expansão de adegas e linhas de produção e engarrafamento próprias. Algumas quintas da região têm vindo a associar a produção de vinho do Porto ao enoturismo, criação de rota do vinho do Porto e turismo rural, enquanto os pequenos e médios produtores continuam a fidelizar as antigas adegas cooperativas, algumas das quais se têm vindo a modernizar, como a de Freixo de Espada à Cinta<sup>45</sup>.

Os aspectos enumerados, e outros que se lhes associam, são tanto mais relevantes quanto se verifica, hoje, nesta sub-região duriense, um forte decréscimo demográfico e grande redução da população activa agrícola, à semelhança do que ocorre no restante Douro Vinhateiro.

#### 4. O CASO DO VINHO DO PORTO

Importa agora considerar em particular, pela sua relevância económica e simbólica, o caso específico da produção e exportação do vinho do Porto. Esboça-se um panorama evolutivo macro e micro ao longo do século XX e primeiras décadas do século XXI<sup>46</sup>.

Considerando, embora, que o comércio do vinho do Porto no século XX é já bem conhecido, através dos estudos de Conceição Andrade Martins<sup>47</sup> e de Teresa da Silva Lopes<sup>48</sup>, é oportuno observar aqui, sinteticamente, a evolução quer da produção quer da exportação do vinho de Porto a partir das décadas subsequentes do século XX até aos nossos dias.

**Quadro 1.** Produção de vinho do Porto (1970-2016)

Anos	Pipas (pipa/550 l.)	Anos	Pipas	Anos	Pipas
1970	75 375	1986	148 329	2002	172 404
1971	77 137	1987	169 177	2003	138 415
1972	99 666	1988	153 696	2004	159 881
1973	157 521	1989	216 825	2005	153 666
1974	119 333	1990	193 194	2006	157 656

(continua na página seguinte)

<sup>45</sup> REBANDA, 2003: 292.

<sup>46</sup> Cf. LAGE, 2018: 434-437.

<sup>47</sup> MARTINS, 1990.

<sup>48</sup> LOPES, 2003: 131-149.

Anos	Pipas (pipa/550 l.)	Anos	Pipas	Anos	Pipas
1975	99 787	1991	147 456	2007	159 528
1976	110 877	1992	101 333	2008	158 521
1977	126 539	1993	108 184	2009	140 676
1978	105 616	1994	136 818	2010	140 323
1979	123 090	1995	163 528	2011	107 354
1980	127 972	1996	164 651	2012	122 672
1981	100 536	1997	166 606	2013	125 641
1982	109 079	1998	156 439	2014	133 295
1983	102 395	1999	198 973	2015	140 928
1984	108 861	2000	194 554	2016	146 394
1985	120 851	2001	198 352		

Fonte: PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, [1970-2001]

Como se pode observar no quadro acima, os volumes de produção de vinho do Porto, no longo arco temporal de mais de meio século, evidenciam uma subida inicial pronunciada na década de 70 com um pico acentuado em 1973, mantendo-se no patamar superior das 100 000 pipas, até aos inícios dos anos 80, período em que regista uma considerável subida, atingindo o pico máximo superior a 200 000 pipas, em 1989. Segue-se uma queda abrupta, sucedida, porém, de nova subida que atingiu a plataforma trienal das 200 000 pipas na transição do século XX para o século XXI, altura a partir da qual os volumes de produção sofreram uma quebra até voltarem a tocar, em 2011, o patamar atingido nos anos 70, tendo, no entanto, voltado a recuperar ainda que parcialmente. Aliás, estas oscilações traduzem relativa instabilidade e variabilidade multifactorial, embora dentro de uma tendência consistente de subida dos volumes de produção.

**Quadro 2.** Exportações de vinho do Porto — volumes e valores (1970-2016)

Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros	Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros
1970	350 530	2953	1994	771 001	246 164
1971	368 171	3324	1995	807 835	261 615
1972	434 946	4401	1996	807 256	282 213
1973	475 907	6355	1997	780 850	302 536
1974	437 086	9385	1998	816 166	315 129
1975	379 492	7696	1999	824 449	335 193
1976	410 967	8576	2000	826 417	350 026
1977	485 948	12 656	2001	820 210	343 815

(continua na página seguinte)

Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros	Anos	Hectolitros (hl)	Milhares de euros
1978	521 053	18 736	2002	797 375	357 688
1979	628 690	29 232	2003	806 602	346 808
1980	614 502	36 001	2004	798 397	337 548
1981	546 428	36 699	2005	807 729	341 930
1982	572 865	48 387	2006	785 278	331 685
1983	582 444	64 742	2007	814 041	342 550
1984	592 494	79 009	2008	767 133	316 223
1985	634 596	100 785	2009	725 973	300 226
1986	682 921	123 911	2010	741 604	315 474
1987	684 238	137 667	2011	718 624	305 592
1988	718 351	156 426	2012	715 274	306 980
1989	702 738	168 513	2013	688 134	313 254
1990	686 103	206 184	2014	673 510	308 420
1991	661 608	197 254	2015	656 811	305 833
1992	660 322	195 997	2016	646 886	307 528
1993	711 592	223 252			

Fonte: PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, [1970-2001]

No que se refere, concretamente, à produção, no Douro Superior, de vinhos generosos aptos a serem certificados como vinho do Porto, no caso específico de Carrazeda de Ansiães, concelho de fronteira no contexto das duas sub-regiões (Cima Corgo e Douro Superior), vale a pena determo-nos, mais em pormenor, na evolução que registou, após a respectiva integração na RDD, com as demarcações de 1907 e 1908.

Verifica-se que, na primeira metade do século XX, a produção de vinhos generosos deste concelho, entre 1916 e 1930, quase duplicou, ao subir de 2400 pipas para 4459, tendo atingido neste período uma média anual de 3344 pipas e um total de 50 173,8 pipas. Já entre 1933 e 1942 (exceptuando 1937 e 1938), a produção total de vinho generoso foi de 23 309 pipas, numa média anual de 2920 pipas.

**Quadro 3.** Produção de vinho generoso do concelho de Carrazeda de Ansiães e sub-regiões Cima Corgo e Douro Superior (em litros)

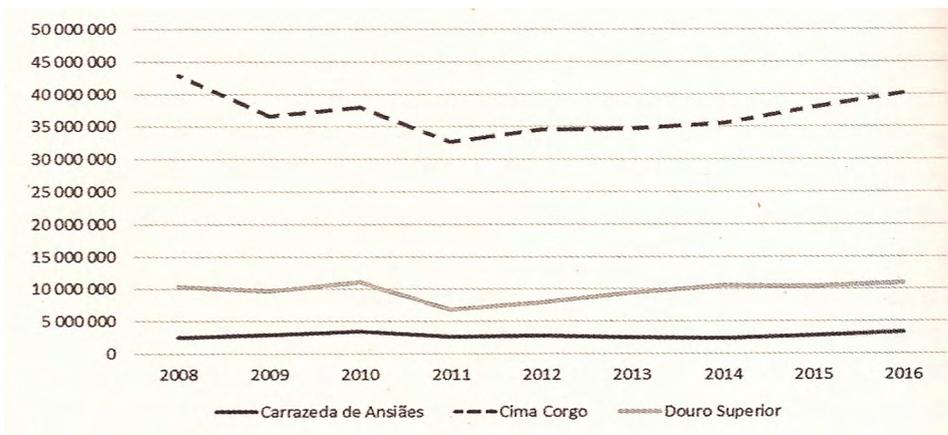
Anos	Carrazeda de Ansiães	Cima Corgo	Douro Superior
2008	2 567 720	42 915 247	10 433 771
2009	2 896 602	36 621 565	9 653 096
2010	3 473 774	37 977 601	11 135 357

(continua na página seguinte)

Anos	Carrazeda de Ansiães	Cima Corgo	Douro Superior
2011	2 658 899	32 687 758	6 864 334
2012	2 845 834	34 591 722	7 982 121
2013	2 553 855	34 709 223	9 413 971
2014	2 444 183	35 507 808	10 550 565
2015	2 792 997	37 934 972	10 437 312
2016	3 327 448	40 094 220	10 876 780

Fonte: PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, [1970-2001]

**Gráfico 1.** Produção de vinho generoso do concelho de Carrazeda de Ansiães e sub-regiões Cima Corgo e Douro Superior (em litros)



Fonte: LAGE, 2018: 436

Mais recentemente, nos anos de 2008 a 2016, pode observar-se, por amostragem (ver Quadro 3 e gráfico correspondente), um comportamento de maior estabilidade dos seus volumes de produção, o que se torna ainda mais evidente quando comparado, em igual período, sobretudo com as produções em ritmo crescente, nos últimos anos, da sub-região de Cima Corgo, onde, para efeitos de contabilização estatística, foi oficialmente enquadrado.

## CONCLUSÕES, PERSPECTIVAS E PROBLEMATIZAÇÕES

Como se pôde observar no amplo horizonte temporal esquematicamente traçado da transformação da paisagem agrária do Douro Superior, importante território e totalidade multidimensional, do interior rural norte do país, é-lhe transversal um processo de sucessivas e cumulativas mudanças, em que a vitivinicultura acabou por suplantar a produção cerealífera, duas das culturas dominantes nesta região entre os séculos XVIII e XXI.

Já noutra dimensão, a viticultura, como a produção cerealífera e outras culturas, não tem oferecido, historicamente, nem hoje ainda parece oferecer ao lavrador duriense compensação razoável do trabalho. «Eis a razão por que os lavradores do Douro não deviam recear de tornar conhecida a sua história; porque do seu conhecimento não pode resultar senão a convicção profunda das enormes dificuldades que sobre eles impendem e do muito auxílio que carecem, e merecem, para poderem sustentar, defender e engrandecer a sua preciosa cultura; que se o não é para eles, em consequência dos sacrifícios que reclama, é para a nação onde representa o mais valioso elemento de receita pública...»<sup>49</sup>

De acordo com esta asserção de notável actualidade de Afonso do Vale Pereira Coelho Cabral, autor do século XIX, que já então diferenciava, favoravelmente, o Douro Superior, tem de reconhecer-se que aí a vinha, apesar da recente expansão, ocupa apenas 10% da área desta sub-região que representa mais de 40% da Região Demarcada do Douro, tal como se evidenciou ao longo deste trabalho.

Nesta perspectiva de diferenciação intra-regional multifactorial, considera-se o presente artigo como ponto de partida para uma análise a enriquecer pelo recurso crítico a outros dados, quantitativos e qualitativos, novas informações e problemáticas convergentes, com vista a uma conceptualização mais sólida em próximos estudos sobre a temática central aqui abordada.

No entanto, e por fim, importa problematizar a questão dos valores da área de cultivo e da área de vinha, que em Portugal sempre foi controversa e de difícil resolução, mantendo-se, no século XX, as discrepâncias em relação à superfície cultivada quer devido à fidedignidade das fontes, quer, especificamente, por falta de fixação de uma «área de vinha base», que se traduz, ainda hoje, em disparidades de valores entre diversos organismos. A propósito das estatísticas da geografia da produção agrícola, em especial a cerealífera e a vinhateira, lembre-se que, após 1986, existem duas fontes de dados oficiais: o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV). Por exemplo, em 2012, a área de vinha considerada pelo INE foi de 176 985 hectares, valor bastante mais baixo que a área que o IVV referiu. Por outro lado, «o valor que a UE e a OCDE irão considerar é a do cadastro da vinha, ou seja, a que o IVV enviar para Bruxelas». E as reuniões entre estes dois institutos para uniformizarem valores prosseguem<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> CABRAL, 1895: 466-467.

<sup>50</sup> Cf. LEITÃO, 2015: 20-23, 26-27, 42.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

PORTUGAL. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto [1970-2001]. [*Informação Estatística*]. Recolha de informação disponível em IVDP, Porto, Portugal.

### FONTES IMPRESSAS

CABRAL, Afonso Vale Coelho Pereira (1895). *A região vinhateira desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*. «Boletim da Direcção Geral da Agricultura». 6:3, 313-482.

LAPA, João Ferreira (1875). *A vinicultura portuguesa*. «Jornal de Horticultura Prática». Vol. VI, 129-133, 145-148, 168-170, 188-192.

MENDES, J. M. Amado (1981). *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC.

OLIVEIRA, Aurélio; FAUVRELLE, Natália (1996). *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII*. «Douro — Estudos & Documentos». 1:1, 196-258.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura (1985). *Portaria n.º 863/85*. «Diário da República I Série». 262 (1985-11-14) 3824.

SILVA, Francisco Ribeiro da (2003). *As Memórias Paroquiais de 1758: uma microfonte para a macro-história do vinho do Douro*. «População e Sociedade». 10, 59-70.

VILLA MAIOR, Visconde de (1865). *Preliminares de Ampelographia e Oenologia no País Vinhateiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.

### FONTES ELECTRÓNICAS

HISTORICAL Atlas. [Consult. 15 Jun. 2021]. Disponível em <<http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php>>.

PORTUGAL. Instituto da Vinha e do Vinho [s.d.]. *Produção por Distrito / Concelho. Série 2003/2004 a 2020/2021*. [Consult. 16 Jun. 2021]. Disponível em <<https://www.ivv.gov.pt/np4/2336.html>>.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1973). *Estatísticas Agrícolas e Alimentares: Continente e Ilhas Adjacentes 1972*. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 16 Jun. 2021]. Disponível em <<https://www.ine.pt/xurl/pub/258747350>>.

### BIBLIOGRAFIA

BARRETO, António (1988). *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*. «Análise Social». XXIV (1.º):100, 373-390.

LAGE, Maria Otilia Pereira (2018). *Um caso de fronteira no «Douro Novo»: Carrazeda de Ansiães. Para a história do vinho do Porto*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.

LEITÃO, João Carlos Farinha (2015). *A cultura da vinha em Portugal e as consequências da adesão à União Europeia. Caso de estudo: A Região Demarcada do Douro*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.

LOPES, Teresa Silva (2003). *Os mercados do vinho do Porto*. In PEREIRA, Gaspar Martins, coord. *O vinho do Porto*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, pp. 131-149.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João Alves (2003). *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

- MARTINS, Conceição Andrade (1988). *Os ciclos de vinho do Porto: ensaio de periodização*. «Análise Social». XXIV (1.º):100, 391-429.
- MARTINS, Conceição Andrade (1990). *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991). *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social». XXVI (3.º-4.º):112-113, 653-688.
- MARTINS, Conceição Andrade (1996). *A intervenção política dos vinhateiros no século XIX*. «Análise Social». XXXI (2.º-3.º):136-137, 413-435.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995). *Notas para a história contemporânea de Foz Côa*. «Boletim da Universidade do Porto». 5:25, 33-36.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996). *A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea (notas para um programa de pesquisa)*. «Douro — Estudos & Documentos». 1:2, 155-165.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2009). *Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX*. In SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, org. *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 115-131.
- PEREIRA, Gaspar Martins, coord. (2010). *História do Douro e do Vinho do Porto. Crise e reconstrução. O Douro e o vinho do Porto no Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa de (1996). *Dona Antónia*. Porto: Edições Asa.
- PEREIRA, Gaspar Martins; TEIXEIRA, Ricardo (1998). *Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior*. In LIMA, Alexandra Cerveira., coord. *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo*. Guarda: Ed. Estrela-Côa, pp. 77-84.
- REBANDA, Nelson Campos (2003). *A evolução da paisagem agrária no Douro Superior*. In SOEIRO, Teresa, coord. *Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, pp. 240-315.
- SEQUEIRA, Carla (2008). *O Alto Douro entre sistemas de regulação: do protecçãoismo ao livre-cambismo (1852-1865)*. «História Unisinos». 12:1, 67-76.